

**PARECER JURÍDICO nº 113/2022****I RELATÓRIO**

Encaminhado o expediente para confecção de parecer jurídico o Projeto de Lei nº 106.2022, com a seguinte Matéria/ Ementa: *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar contratação temporária, de excepcional interesse público e dá outras providências”*

No caso concreto, busca autorização para a contratação de **até 10 atendentes de educação infantil, padrão 7, vencimento mensal de R\$ 1.771,75, carga horária de 40h/semanais.**

Em suas razões, o Executivo, justifica a contratação face as seguintes contingências: a) necessidade emergência de repor temporariamente profissionais; b) necessidade emergencial de se atender a aumento excepcional e transitório da demanda de serviço; c) necessidade emergencial de se suprir déficit de pessoal permanente, pelo tempo necessário de realização do respectivo concurso público.

A seleção se dará entre os aprovados em concurso público e, havendo necessidade, será realizado Processo Seletivo Simplificado.

**II FUNDAMENTAÇÃO**

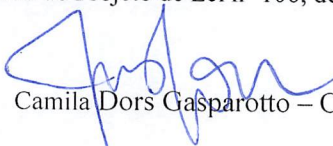
A iniciativa do Projeto de Lei encontra-se em conformidade a Constituição Federal (artigo 30, inciso I e art. 61, § 1º, inciso II) e a Lei Orgânica Municipal (art. 10, incisos I e XXXVI).

Nos artigos 192 e 193 da Lei Municipal 2248/2006, há previsão que poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e que as contratações temporárias estarão dispostas em **Lei Municipal específica**, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

Na exposição de motivos consta informação que estão sendo tomadas medidas para realização de concurso público.

**III – CONCLUSÃO**

Em conclusão, atendidos os requisitos formais, o disposto nos artigos 192 e 193 da Lei Municipal 2.248/2006, opina-se pela viabilidade jurídica do Projeto de Lei nº 106, de 2022.



Camila Dors Gasparotto – OABRS 98969

Serafina Corrêa, 25 de outubro de 2022